

COIMBRA

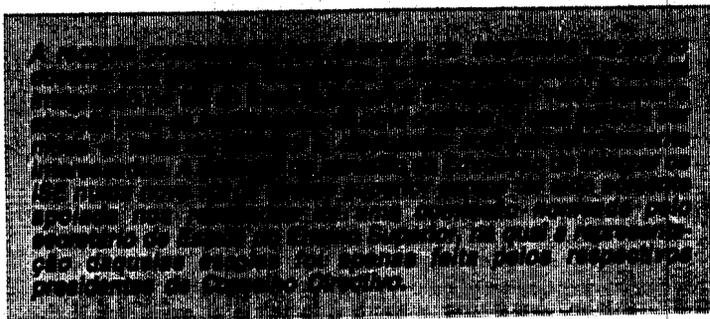
Inserção dos institutos superiores de Engenharia na via do Ensino Superior Politécnico:

Sem ter sido tomada medida grevista alunos manifestaram-se pacificamente

A intenção governamental de inserção dos institutos superiores de Engenharia na via do Ensino Superior Politécnico levantou, recentemente, o protesto de estudantes e docentes. O motivo de tal insurgência remete para a preocupante indefinição de um sistema de ensino do qual se sabe, apenas, o nome: Politécnico.

Sem ter sido tomada medida grevista, os alunos do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra manifestaram-se pacificamente nas ruas da cidade — antes de um encontro agendado com o ministro — contra tal decisão que põe em causa o seu futuro pela indefinição que lhe subjaz: «De facto, lamentam os estudantes, não conseguimos encontrar paralelo na Europa da CEE para o chamado Ensino Superior Politécnico tal como é apresentado nos sucessivos diplomas que o definem, incluindo a lei de bases do sistema educativo».

Recorde-se que, em 1985, a Secretaria de Estado do Ensino Superior criou um despacho com o objectivo de pôr fim à indefinição dos institutos, elegendo uma comissão representativa de todos os órgãos académicos dos institutos, da Associação Profissional dos Engenheiros Técnicos, sindicatos, Ordem dos Engenheiros, das associações patronais da indústria portuguesa e do Instituto Superior Técnico. Posteriormente, foi elaborado um relatório preliminar com as conclusões da referida comissão merecendo a aprovação da Associação Profissional



dos Engenheiros Técnicos, já que assentava num conjunto mínimo e coerente de princípios defendidos pela maioria dos representantes que na defesa dos superiores interesses da engenharia portuguesa incentivavam a criação de novos cursos e correspondentes graus académicos mais elevados nos ISE — licenciatura e doutoramento —, que acabaria por

envolver a necessidade de conversão dos institutos em estabelecimentos de ensino universitário, já que, se junto afirmavam, «a velocidade vertiginosa a que sucedem as inovações tecnológicas assim o determinam».

Face à possível alteração deste estatuto...

Face à possível alteração deste estatuto, é opi-

ção unânime que «a intenção do ministro em despromover uma escola universitária como os ISE, cerceando deste modo um direito adquirido por lei, bem como os legítimos anseios de estudantes e docentes em prestigiar e promover o nível da engenharia em Portugal, não tem paralelo na Europa». Em relação à base de apoio que o ME reclama para fundamentar a inten-

Repensar a questão...

Entretanto, e na sequência de uma audiência concedida por Roberto Carneiro às associações de estudantes dos ISE, a questão parece que irá conhecer uma nova forma de diálogo. Em assembleia geral de escola do ISEC, reunida no final da semana passada, alunos e professores presentes congratularam-se pela decisão do ministro em discutir a redefinição institucional dos ISE a partir da estaca zero. A propósito recordam uma afirmação do mesmo responsável: «O futuro institucional dos ISE será discutido sem preconceitos e sem pressões exteriores».

Fruto dessa audiência foi a proposta da formação de uma comissão constituída por dois elementos — um discente e um docente — de cada Instituto Superior de Engenharia para posteriores reuniões no âmbito da integração daquelas escolas na via do Ensino Superior Politécnico. Assim parece estarem criadas as bases para um diálogo mais ajustado às realidades e aos interesses de ambas as partes. E, nesse domínio, o ISE de Coimbra conta já com os dois elementos que o representam nessa comissão: Jorge Godinho, do corpo discente, e o Dr. Luis Martins, do corpo docente.

Uma política pacífica e eminentemente de diálogo, conforme as noções de dignidade, mérito e competência dos institutos, é, segundo os dois elementos daquela comissão, o caminho que, a partir de agora, se trilhará para que daí se conclua da não integração dos ISE no Ensino Superior Politécnico.

ção noticiada, os alunos do ISEC contestam-na seriamente já que, acrescentam, «acreditamos no esforço desenvolvido pelos docentes, entre os quais doutorados e em curso de doutoramento ou mestrado que, sem subsídio de dedicação exclusiva e com vencimentos vergonhosos, pugnam por dignificar o nível universitário destes institutos como é designado pelo Decreto-Lei n.º 830/74 de 31/1/72 e a que os alunos tão comprovadamente têm correspondido».

Conflito - Estudantes